**PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2015**

**PROCESSO Nº 08430.031807/2014-40**

**UASG 200248**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul, por meio da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Avenida Ipiranga, 1365, Bairro Azenha, Porto Alegre/RS, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, **com critério de julgamento de menor preço por grupo**, mediante o regime de execução indireta, por empreitada por valor unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002,  da Lei  Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,  da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, da Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e da Instrução Normativa  SLTI-MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010, Lei nº 9.472/1997 e legislação infralegal a ela correlata, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Data da abertura da sessão pública: **09 de FEVEREIRO de 2015**.

Horário: **10h00min** (horário de Brasília)

Endereço: Portal Comprasnet - [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/)

1. **DO OBJETO**
   1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de **Telefonia Móvel Pessoal – SMP,** para ligações de curta e longa distância, com roaming nacional e internacional, e de comunicação de dados via Rede Móvel Digital com fornecimento de equipamentos, para serem utilizados pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
   2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
2. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
   1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2015 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200372

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 06.122.2112.2000.0001

Elemento de Despesa: 339039

PI: 702

1. **DO CREDENCIAMENTO**
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
2. **DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**
   1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
      1. Empresas não credenciadas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão deverão providenciar o seu credenciamento na forma da Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 02, de 2010.
      2. No caso de participação de consórcios, deverão ser atendidas pelas consorciadas as condições do art. 33 da Lei 8.666/93 que se mostrem aplicáveis ao caso, as quais serão requeridas e verificadas pelo Pregoeiro no momento oportuno do processamento da licitação.
   2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
      1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
      3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
      4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
      5. cooperativas.
   3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
         1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
      2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
      5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
3. **DO ENVIO DA PROPOSTA**
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
   3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. Valor total do item (valor mensal x 12), em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;
      2. Descrição detalhada do objeto.
   7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
   9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.
4. **DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
      1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
   8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.
   15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
   16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
   17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
   18. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.
   19. Para a contratação de serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei n° 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5° e 8° do Decreto n° 7.174, de 2010.
   20. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
       1. prestados por empresas brasileiras;
       2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
   21. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
   22. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
       1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
5. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
   3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
   4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
   5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
   6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
   7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.
      1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
      2. A proposta final de preços, a ser apresentada na forma do modelo de planilha previsto no Anexo IV deste Edital, deverá ser encaminhada pela licitante vencedora por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor no prazo de duas horas após a solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
      3. Da proposta deverá constar, expressamente, que não haverá nenhum tipo de cobrança a título de taxa de habilitação das linhas telefônicas.
   8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
       1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
       2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
   11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
6. **DA HABILITAÇÃO**
   1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
      1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
      2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de duas horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
   2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista:
   3. **Habilitação jurídica**:
      1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
      2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
      3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
      4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
      5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
      6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
   4. **Regularidade fiscal e trabalhista**:
      1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
      2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Divida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
      3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
      4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
      5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
      6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
      7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
      8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
      9. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
   5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:
      1. certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
      2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
         1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
      3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

*  *

Onde:

AC = Ativo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou item pertinente.
    2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
    3. Prova de aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, a ser satisfeita mediante apresentação de cópia autenticada do contrato de concessão ou do termo de autorização para a prestação do serviço telefônico móvel e de internet móvel, outorgados pelo Poder Público nos termos e na forma da legislação de regência em vigor, ou por apresentação dos Extratos dos Contratos de Concessão e Termos de Autorização celebrados com a Anatel devidamente publicados no Diário Oficial da União.
  1. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes no prazo de duas horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico por meio da funcionalidade do sistema (envio de anexo). O envio da documentação poderá ser feito via e-mail ([cpl.srrs@dpf.gov.br](mailto:cpl.srrs@dpf.gov.br)) na eventualidade de dificuldade sistêmica. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de dois dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento pelo sistema ou e-mail;
  2. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
     1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
  3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  5. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.
  6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
  7. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. **DOS RECURSOS**
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
2. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
3. **DO TERMO DE CONTRATO**
   1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de doze meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.
   2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
      1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
   3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de cinco dias, a contar da data de seu recebimento.
   4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
   5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
4. **DO REAJUSTE**
   1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
5. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
   1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
6. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
7. **DO PAGAMENTO**
   1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de trinta dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.
   2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de quinze dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
   4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
   5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
   6. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
      1. não produziu os resultados acordados;
      2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
      3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
   7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
   9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
   10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
   12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
   13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
   14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
       1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
   15. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, o valor devido pela Administração será acrescido de multa de 2% mais juros moratórios de 1% ao mês (calculados “pro rata die”), além da atualização monetária pela variação do IPCA/IBGE do mês anterior, igualmente calculada por meio da fórmula “pro rata die”.
8. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
      1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
      2. apresentar documentação falsa;
      3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
      4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      5. não mantiver a proposta;
      6. cometer fraude fiscal;
      7. comportar-se de modo inidôneo.
   2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
   3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
      2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
   4. penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
   5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
   7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
9. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail milton.mlm@dpf.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Ipiranga, 1365. Bairro Azenha, Porto Alegre/RS – 90.160-093, SELOG – Setor de Licitações.
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
10. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
    1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
    2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
    3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
    4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
    5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
    6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
    7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
    8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
    9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Ipiranga, 1365. Bairro Azenha, Porto Alegre/RS – 90.160-093, SELOG – Setor de Licitações, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
    10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
        1. ANEXO I – Termo de Referência;
        2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
        3. ANEXO III – Modelo de Planilha de Formação e Propostas de Preços.

Porto Alegre , 23 de janeiro de 2015.

**Milton Lança Macedo**

Pregoeiro

SR/DPF/RS

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO**
   1. Prestação de serviços continuados de **Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para ligações de curta e longa distância, com roaming nacional e internacional, e de comunicação de dados via Rede Móvel Digital com fornecimento de equipamentos**, para serem utilizados pelo Departamento de Polícia Federal no estado do Rio Grande do Sul, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento.

Tabela 1: Especificações e valores de referência

| **Lote** | **Item** | **Descrição/Especificação** | **CAT SERV** | **Unidade de Fornecimento** | **Qtde Anual** | **Valor Anual Estimado** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1** | 1 | Assinatura básica, com o fornecimento de SIM CARDS (chips GSM), sendo um SIM CARD para cada assinatura contratada, habilitados nas localidades (item 5.4). | 18139 | assinaturas | 600 | R$ 3.000,00 |
| 2 | Tarifa zero entre os celulares do mesmo grupo, onde as ligações “intragrupo” deverão ter custo zero. | 18139 | assinaturas | 600 | R$ 1.920,00 |
| 3 | Pacote de dados com franquia mínima de 300MB por assinatura na velocidade nominal compatível com a tecnologia 3G, após o consumo da franquia velocidade será reduzida para no mínimo 50Kbps. | 18139 | assinaturas | 600 | R$ 18.000,00 |
| 4 | VC1 M/F(móvel /fixo). | 18139 | minutos | 70000 | R$ 14.700,00 |
| 5 | VC1 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | 18139 | minutos | 50000 | R$ 10.500,00 |
| 6 | VC1 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | 18139 | minutos | 20000 | R$ 4.200,00 |
| 7 | SMS (Short Message Service) | 18139 | mensagens | 1000 | R$ 200,00 |
| 8 | DSL1 – Deslocamento por Ligação recebida fora da área de mobilidade da Operadora, porém dentro de sua área de numeração primária. | 18139 | minutos | 1500 | R$ 0,15 |
| 9 | DSL2 – Deslocamento por Ligação recebida fora da área da Operadora e fora de sua área de numeração primária. | 18139 | minutos | 2000 | R$ 0,20 |
| 10 | AD1 – Adicional de Chamadas Originadas e Recebidas dentro da área da Operadora (Custo Zero) | 18139 | minutos | 3000 | R$ 0,30 |
| 11 | AD2 – Adicional de Chamadas Originadas e Recebidas fora da área da Operadora | 18139 | minutos | 3000 | R$ 0,30 |
| 12 | VC2 M/F(móvel /fixo). | 18139 | minutos | 30000 | R$ 19.500,00 |
| 13 | VC2 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | 18139 | minutos | 40000 | R$ 14.000,00 |
| 14 | VC2 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | 18139 | minutos | 15000 | R$ 16.500,00 |
| 15 | VC3 M/F(móvel /fixo). | 18139 | minutos | 20000 | R$ 13.000,00 |
| 16 | VC3 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | 18139 | minutos | 10000 | R$ 3.500,00 |
| 17 | VC3 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | 18139 | minutos | 10000 | R$ 11.000,00 |
| Valor Anual do Grupo 1 | | | | | R$ 130.020,95 | |
| **2** | 18 | Prestação dos serviços de acesso a Internet Móvel de Banda Larga, sem necessidade de rede fixa, para computador portátil (notebook), franquia mínima de 3GB por equipamento na velocidade nominal compatível com a tecnologia 3G, após o consumo da franquia velocidade será reduzida para no mínimo 128Kbps, fornecimento de modens USB (sendo um modem para cada serviço contratado) habilitados para o uso, em Regime de Comodato. | 14958 | assinaturas | 600 | R$ 33.558,00 |
| Valor Total Anual Estimado | | | | | R$ 163.578,95 | |

1. **JUSTIFICATIVA**
   1. A execução do serviço proporcionará comunicação móvel aos servidores do Departamento de Polícia Federal quando na execução de missões policiais e atividades administrativas no estado do Rio Grande do Sul e/ou em deslocamentos no território nacional ou no exterior.
   2. O quantitativo estimado foi calculado com base no consumo dos anos de 2012 e 2013.
2. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços objeto desta contratação se enquadram nas disposições do parágrafo único, Art. 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que considera bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
3. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. A CONTRATADA deverá indicar o nome e o número da operadora de STFC de longa distância responsável pelo encaminhamento das chamadas, em roaming, na forma do Art. 77, & 2º, da Resolução nº 316, de 27/09/2002, da Anatel, indicando na Planilha de Formação e Propostas de Preços (Anexo ao Edital) os custos dessas chamadas.
   2. A contratada deve disponibilizar qualidade de sinal mínimo na sede da Polícia Federal em Porto Alegre e nas Delegacias de Polícia Federal no interior do Rio Grande do Sul (conforme item 5.4), que permita o uso adequado dos serviços contratados nestes locais.
      1. Para o ITEM 3 (LOTE 1) e ITEM 18 (LOTE 2) admite-se a prestação do serviço nas localidades não relacionadas no Item 5.4, em que não houver disponibilidade de velocidade mínima compatível com tecnologia 3G, a prestação do serviço com tecnologia 2G/GSM/GPRS/EDGE.
   3. A contratada deve garantir a portabilidade dos números das linhas telefônicas do contrato anterior para esse contrato, conforme a necessidade do DPF.
   4. O módulo do tipo “tarifa zero” inserido para todos as assinaturas fornecidas, possibilita a conversação entre os assinantes contratados sem custo adicional.
   5. A CONTRATADA para a prestação dos serviços nesse termo fornecerá à CONTRATANTE a quantidade de 1(um) SIM CARD para cada assinatura contratada, habilitados nos códigos de área e quantidades indicados no item 5.4, sem qualquer adição de custo nos valores propostos.
   6. A CONTRATADA para a prestação dos serviços constantes no LOTE 2, Item 18 fornecerá à CONTRATANTE modens USB, em REGIME DE COMODATO, com seu respectivo SIM CARD, habilitados nos códigos de área e quantidades indicados no item 5.4, sem qualquer adição de custo ao valor proposto para seu pleno funcionamento.
      1. Os modens USB deverão ser habilitados com Pacote de Serviços de Dados com franquia para tráfego de dados conforme previsto nesse termo, incluindo a assinatura de Provedor de Acesso à Internet, com todos os custos para seu funcionamento contidos no valor proposto;
      2. Deverão ser fornecidos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos modens, incluindo software de instalação, chips GSM (SIM CARD), manual do usuário em português e Termo de Garantia, tudo sem custo adicional ao valor proposto;
      3. A entrega dos modens e dos aparelhos deverá ser realizada pela CONTRATADA junto à CONTRATANTE, após publicação do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de até 30 (trinta) dias, não sendo objeto de pagamento e/ou de qualquer taxa adicional a habilitação dos mesmos;
      4. Os modens fornecidos pela CONTRATADA, deverão ser novos e com garantia mínima de 01 (um) ano, devendo ser substituídos quando detectado defeito não provocado pelo usuário, no prazo máximo de 48 horas a contar do comunicado;
      5. Não havendo disponibilidade no estoque da CONTRATADA do aparelho contratado, poderá ser fornecido outro modelo de aparelho, desde que compatível com as características desse termo.
4. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
   1. Os itens de 1 a 17 foram agrupados em um único lote (LOTE 1), pois devem obrigatoriamente ser fornecidos por somente uma contratada, caso contrário impossibilitaria a execução dos serviços.
   2. Os serviços de DDI, roaming internacional e minutagem para ligações internacionais serão cobrados em conformidade com os preços de mercado vigentes na oportunidade, conforme os valores aplicados aos demais consumidores, obedecidas as regras e determinações da ANATEL.
   3. RELAÇÃO DAS UNIDADES DO DPF E QUANTIDADES POR UNIDADE

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Unidade SR/DPF/RS | Endereço | Código de Área | Quantidade assinaturas | |
| LOTE 1 | LOTE 2 |
| Superinten dência | Av. Ipiranga, 1365 - CEP 90160-093 - Porto Alegre - RS | 51 | 24 | 24 |
| Delegacia de Bagé | Av. Presidente Vargas, 350, CEP 96400-410 - Bagé - RS | 53 | 2 | 2 |
| Delegacia de Caxias do Sul | AV. Júlio de Castilho n. 150 - Bairro Lurdes, CEP 95010-000 - Caxias do Sul - RS | 54 | 2 | 2 |
| Delegacia do Chuí | R. General Canabarro, 330 - CEP 96230-000 -Santa Vitória do Palmar - RS | 53 | 2 | 2 |
| Delegacia de Jaguarão | Av. Júlio de Castilhos, 1572. CEP 96300-000 - Jaguarão - RS | 53 | 2 | 2 |
| Delegacia de Passo Fundo | Av. Sete de Setembro, nº 10 - Bairro Centro - CEP 99010-120 - Passo Fundo - RS | 54 | 2 | 2 |
| Delegacia de Pelotas | Av. Duque de Caxias nº 1.049 - Bairro Fragata - CEP 96.030-003 - Pelotas - RS | 53 | 2 | 2 |
| Delegacia de Rio Grande | R. General Osório n 512, Centro. CEP: 96.200-400 - Rio Grande - RS | 53 | 2 | 2 |
| Delegacia de Santana do Livramento | Rua Silveira Martins, 1257 - Centro - CEP 97.573-511 - Santana do Livramento - RS | 55 | 2 | 2 |
| Delegacia de Santa Cruz do Sul | Rua Coronel Oscar Rafael Jost, 2117 – Bairro Avenida - CEP 96815-010 - Santa Cruz do Sul - RS | 51 | 2 | 2 |
| Delegacia de Santo Ângelo | Av. São João, 555 CEP 98801-400 - Santo Angelo - RS | 55 | 2 | 2 |
| Delegacia de Santa Maria | R. Vale Machado, 1361 - Centro CEP 97010-530 - Santa Maria - RS | 55 | 2 | 2 |
| Delegacia de São Borja | R. Cel. Alberto Benevenuto, 1726 - Passo CEP 97670-000 - São Borja - RS | 55 | 2 | 2 |
| Delegacia de Uruguaiana | R General Vitorino, 1736 - CEP 97500-330 - Uruguaiana - RS | 55 | 2 | 2 |

* 1. PERFIL DE TRÁFEGO ANUAL ESTIMADO

| **Lote** | **Item** | **Descrição/Especificação** | **Unidade de Fornecimento** | **Quantidade Anual Estimada** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1** | 1 | Assinatura básica  50 Assinaturas x 12 meses | assinaturas | 600 |
| 2 | Tarifa zero entre os celulares do mesmo grupo, onde as ligações “intragrupo” deverão ter custo zero. | assinaturas | 600 |
| 3 | Pacote de dados com franquia mínima de 300MB por equipamento na velocidade mínima compatível com a tecnologia 3G, após o consumo da franquia velocidade será reduzida para no mínimo 50Kbps. | assinaturas | 600 |
| 4 | VC1 M/F(móvel /fixo). | minutos | 70000 |
| 5 | VC1 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minutos | 50000 |
| 6 | VC1 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minutos | 20000 |
| 7 | SMS (Short Message Service) | mensagens | 1000 |
| 8 | DSL1 – Deslocamento por Ligação recebida fora da área de mobilidade da Operadora, porém dentro de sua área de numeração primária. | minutos | 1500 |
| 9 | DSL2 – Deslocamento por Ligação recebida fora da área da Operadora e fora de sua área de numeração primária. | minutos | 2000 |
| 10 | AD1 – Adicional de Chamadas Originadas e Recebidas dentro da área da Operadora (Custo Zero) | minutos | 3000 |
| 11 | AD2 – Adicional de Chamadas Originadas e Recebidas fora da área da Operadora | minutos | 3000 |
| 12 | VC2 M/F(móvel /fixo). | minutos | 30000 |
| 13 | VC2 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minutos | 40000 |
| 14 | VC2 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minutos | 15000 |
| 15 | VC3 M/F(móvel /fixo). | minutos | 20000 |
| 16 | VC3 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minutos | 10000 |
| 17 | VC3 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minutos | 10000 |
| **2** | 18 | Prestação dos serviços de acesso a Internet Móvel de Banda Larga  50 Assinaturas x 12 meses | assinaturas | 600 |

* + 1. OBS.: O Perfil de Tráfego Estimado apresentado acima foi calculado com base no consumo dos anos de 2012 e 2013 e não implica em compromisso futuro do Departamento de Polícia Federal com o total estimado.

1. **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**
   1. A execução dos serviços será iniciada em um prazo máximo de 10 dias úteis após o início da vigência do contrato, na forma especificada no item 4 deste Termo de Referência.
   2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
   4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
   6. No caso de defeito provocado por uso indevido, perda, furto ou roubo do aparelho, fica a CONTRATADA autorizada a cobrar da CONTRATANTE, na fatura de serviço do mês subsequente, o custo do novo aparelho disponibilizado. Havendo a cobrança, o valor do novo aparelho deverá obrigatoriamente, ser igual ou inferior ao preço constante da nota fiscal de entrega do primeiro aparelho disponibilizado e em estrita conformidade com os valores de mercado de aparelhos vinculados a planos de telefonia móvel pós-pagos similares aos desta contratação.
   7. A não devolução física dos equipamentos ao término da prestação dos serviços, importa na obrigação da CONTRATANTE pagar à CONTRATADA o valor correspondente ao número de equipamentos não devolvidos, no preço praticado pelo mercado para vendas dos equipamentos fornecidos ou similares, vinculados a planos de telefonia móvel pós-pagos similares aos desta contratação.
   8. A prestação do serviço de Telefonia Móvel Pessoal obedecerá às disposições contidas na(o)(s):
   9. Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) e alterações posteriores;
   10. Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações posteriores;
   11. Lei nº 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações) e alterações posteriores;
   12. Decreto nº 4.733/2003 (Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações);
   13. Resolução/ANATEL/ n° 73/98 e Anexo (Regulamento dos Serviços de Telecomunicações);
   14. Resolução/ANATEL/ n° 477/05 (Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP);
   15. Resolução/ANATEL/ n° 318/02 e Anexo (Adaptação dos Instrumentos de Concessão e de Autorização do Serviço Móvel Celular - SMC para o Serviço Móvel Pessoal – SMP);
   16. Resolução/ANATEL/ n° 321/02 e Anexo (Plano Geral de Autorizações para o Serviço Móvel Pessoal); e
   17. Legislações correlatas e demais normas pertinentes.
2. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
   3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
   5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.
   7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
   8. Controlar as ligações realizadas e documentar as ocorrências;
   9. Exigir o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção do serviço;
   10. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;
   11. Acompanhar e fiscalizar o andamento do serviço, por intermédio do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/RS, através de seus respectivos Fiscais do Contrato;
   12. Zelar pelo bom uso dos modens e SIM CARD´s disponibilizados;
   13. Na hipótese de perda, furto ou roubo de qualquer equipamento, ou qualquer outro motivo, a Contratante, através do Fiscal do Contrato, comunicará imediatamente o fato à Contratada, a qual deverá suspender temporariamente o serviço prestado, não sendo lançados na fatura, os valores dos serviços correspondentes enquanto suspensos;
   14. A Contratante deverá encaminhar à Contratada, correspondência por escrito confirmando o pedido de suspensão temporária do equipamento, acompanhada do Boletim de Ocorrência, nos casos de furto e/ou roubo;
   15. Na ocorrência de perda ou dano irrecuperável devido a mau uso, fica a Contratante responsável pela reposição do terminal o qual poderá ser igual ou similar ou o pagamento no valor do preço praticado no mercado à Contratada;
   16. A não devolução física dos equipamentos ao término da prestação dos serviços, importa na obrigação da Contratante pagar à Contratada o valor correspondente ao número de equipamentos não devolvidos, no preço praticado pelo mercado para vendas dos equipamentos fornecidos ou similares.
3. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
   2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
   3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
   4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
   5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
   6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
   7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
   8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
   9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
   10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
   11. Atender às solicitações, de imediato, corrigindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro)horas, após notificação da CONTRATANTE, quaisquer falhas ou ocorrências de interrupção na prestação dos serviços, salvaguardados os casos extraordinários ou interrupções programadas e devidamente autorizadas pela CONTRATANTE. Em casos excepcionais e devidamente justificados, esse prazo poderá ser prorrogado, respeitando o limite do prazo disposto no art. 16 da resolução nº 317, de 27 de setembro de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
   12. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.
   13. A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar os serviços objeto do contrato, com exceção nos casos em que admitida a possibilidade de subcontratação por força de previsão legal contida na legislação específica do serviço de telecomunicações ou nas normas igualmente aplicáveis ao setor editadas pela ANATEL.
   14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA O LOTE 01**
       1. Possibilitar a CONTRATANTE, na condição de assinante-visitante, o recebimento de prestação dos serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP em redes de outras prestadoras de serviço;
       2. A empresa CONTRATADA poderá cobrar, quando da utilização de kits específicos, somente o tráfego realizado em roaming internacional, não sendo permitido qualquer outro tipo de cobrança, tais como: assinatura, identificação de chamadas, caixa postal, dentre outros;
       3. A empresa CONTRATADA poderá cobrar o tráfego realizado em roaming internacional, não sendo permitido qualquer outro tipo de cobraça de disponibilidade de serviços;
       4. A empresa CONTRATADA não poderá cobrar a disponibilização do serviço de acesso à caixa postal, entretanto sua utilização implicará em cobranças de ligações VC1.
       5. Os serviços de DDI, roaming internacional e minutagem para ligações internacionais serão cobrados em conformidade com os preços de mercado vigentes na oportunidade, conforme os valores aplicados aos demais consumidores, obedecidas as regras e determinações da ANATEL.
       6. Encaminhar a CONTRATANTE, nota Fiscal / Fatura correspondente às despesas com o Serviço Móvel Pessoal – SMP, constando relação dos números dos acessos e seus respectivos valores, bem como detalhamento de cada um dos acessos individualmente, conforme item 1deste termo de referência;
       7. Fornecer mensalmente a CONTRATANTE as faturas com detalhamento individual de cada linha, período de referência, valores das tarifações contendo todas as despesas realizadas, bem como os demonstrativos dos descontos pertinentes previstos no Contrato, cobrando apenas os serviços efetivamente utilizados;
       8. Manter serviço antifraude, 24 (vinte e quatro) horas por dia, com detecção de clonagem e tomar as devidas providências, imediatamente, após a ocorrência, oferecendo condições de acesso direto. Caso seja constatada a clonagem de um acesso móvel, a CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE e providenciar o bloqueio do serviço do respectivo acesso móvel. Caso seja necessária a troca do SIM CARD clonado, a CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do comunicado, para realizar a troca, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE. As despesas decorrentes do uso indevido do acesso móvel, comprovadamente causada pela clonagem, serão de responsabilidade da CONTRATADA, não podendo ser repassadas à CONTRATANTE;
       9. Garantir a privacidade nas conversações;
       10. Garantir a realização de chamadas para o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, Serviço Móvel Celular – SMC e Serviço Móvel Pessoal – SMP;
       11. Possibilitar a ativação ou cancelamento de facilidades para os acessos móveis, como identificador de chamadas, caixa de mensagens, chamada em espera, transferência em caso de “não responde”, transferência em caso de “ocupado”, transferência temporária de chamadas (siga-me) e outros, mediante solicitação expressa da CONTRATANTE;
       12. Possibilitar a alteração do número identificador do acesso (número do telefone), mediante solicitação expressa da CONTRATANTE;
       13. Realizar, quando houver viabilidade técnica, o bloqueio de chamadas a cobrar e destinadas a telefones com prefixos 0300, 0500 e 0900, bem como para serviços não especificados nesta contratação.
   15. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA O LOTE 2**
       1. Apresentar o Termo de Garantia dos modens no idioma português, com indicação da assistência técnica capacitada a reparar ou substituir os modens que apresentarem defeito;
       2. Garantir a disponibilização de ferramentas de autenticação.
       3. Providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a troca dos modens em uso sem ônus para a CONTRATANTE, quando da prorrogação do contrato, caso solicitado pela contratada, por outros tecnologicamente atualizados.
       4. Reparar ou substituir qualquer modem usb que apresentar defeito desde que não constatado o uso indevido do equipamento.
       5. Durante o período em que o modem originalmente fornecido estiver em reparo, deverá ser fornecido outro modem, sem que isso acarrete qualquer ônus extra para o CONTRATANTE;
   16. **OBRIGAÇÕES COMUNS PARA TODOS OS LOTES**
       1. Disponibilizar a CONTRATANTE um atendimento diferenciado, por meio de consultoria especializada, em horário comercial de 08:00 às 18:00 horas e Central de Atendimento 24 horas;
       2. Zelar pela integridade da comunicação;
       3. Apresentar e disponibilizar soluções com maior segurança e qualidade em comunicações e modernidade de equipamentos;
       4. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;
       5. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
       6. Manter pessoal qualificado de sobreaviso para sanar qualquer problema com os acessos móveis pessoais;
       7. Fornecer números telefônicos e e-mail´s para contato da CONTRATANTE com o preposto indicado no período de 08 às 18 horas, nos dias úteis e de Central de Atendimento 24 horas, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE;
       8. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação do serviço, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
       9. Encaminhar, quando solicitado, por meio eletrônico o arquivo das despesas mensais dos acessos dos serviços;
       10. Prazo mínimo de garantia para os equipamentos constantes nesse termo de referência será de 01 (um) ano, tendo o seu termo de início a partir da data de entrega, mediante teste e aceite deste NTI/SR/DPF/RS;
       11. Comprovado o defeito, o equipamento deverá ser substituído no prazo de 48 horas por outro igual ou de performance, comprovadamente, igual ou superior compatível com o aparelho fornecido que apresentou defeito;
       12. Todos os custos de transporte, hospedagem ou quaisquer outros para o atendimento da garantia serão de inteira e total responsabilidade do fornecedor.
4. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, com exceção nos casos em que admitida a possibilidade de subcontratação por força de previsão legal contida na legislação específica do serviço de telecomunicações ou nas normas igualmente aplicáveis ao setor editadas pela ANATEL.
5. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
6. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
   2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
   3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
   5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
   7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
   8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
   9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.
   10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
7. **DA AVALIÇÃO DO CUSTO**
   1. O custo estimado global da presente contratação é de R$ 163.578,95.
   2. O valor máximo mensal da contratação é de R$ 13.381,58, e o valor máximo global é de R$ 163.578,95.
   3. O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisa de preços no portal de compras do governo federal: www.comprasgovernamentais.gov.br.
8. **DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
      3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
         1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO**

Processo Administrativo nº 08430.031807/2014-40

Pregão Eletrônico nº 12/2014

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ......../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ........................................................ E A EMPRESA .............................................................**

A União, por intermédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul, com sede na Avenida Ipiranga, 1365, Bairro Azenha, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0037-47, neste ato representada pelo seu Superintendente Regional, Senhor **SANDRO LUCIANO CARON DE MORAES**, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, com delegação de competência que confere a Portaria nº 4630/2014-DG/DPF, de 25 de julho de 2014, inscrito no CPF sob nº 770.956.690-15 portador da Carteira de Identidade nº 1056962861-SSP/RS, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº .............................. e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 12/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**
   1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para ligações de curta e longa distância, com roaming nacional e internacional, e de comunicação de dados via Rede Móvel Digital com fornecimento de equipamentos, para serem utilizados pelo Departamento de Polícia Federal no estado do Rio Grande do Sul, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**
   1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de .........../......../........ e encerramento em .........../........./.........., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
      1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
      2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
      3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
      4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
      5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
   2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
3. **CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO E PREÇO**
   1. O valor estimado mensal da contratação é de R$.......... (.....), perfazendo o valor total de R$.......(....).
   2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
   3. 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
   4. Os preços contratados são:

| **Lote** | **Item** | **Descrição/Especificação** | **Unidade** | **Qtde Anual** | **Valor Unitário** | **Valor Total Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1** | 1 | Assinatura básica, com o fornecimento de SIM CARDS (chips GSM), sendo um SIM CARD para cada assinatura contratada, habilitados nas localidades conforme (item 5.4 TR). | assinaturas | 600  (50 assinaturas x 12 meses) |  |  |
| 2 | Tarifa zero entre os celulares do mesmo grupo, onde as ligações “intragrupo” deverão ter custo zero. | assinaturas | 600 |  |  |
| 3 | Pacote de dados com franquia mínima de 300MB por assinatura na velocidade mínima compatível com a tecnologia 3G, após o consumo da franquia velocidade será reduzida para no mínimo 50Kbps. | assinaturas | 600 |  |  |
| 4 | VC1 M/F(móvel /fixo). | minutos | 70000 |  |  |
| 5 | VC1 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minutos | 50000 |  |  |
| 6 | VC1 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minutos | 20000 |  |  |
| 7 | SMS (Short Message Service) | mensagens | 1000 |  |  |
| 8 | DSL1 – Deslocamento por Ligação recebida fora da área de mobilidade da Operadora, porém dentro de sua área de numeração primária. | minutos | 1500 |  |  |
| 9 | DSL2 – Deslocamento por Ligação recebida fora da área da Operadora e fora de sua área de numeração primária. | minutos | 2000 |  |  |
| 10 | AD1 – Adicional de Chamadas Originadas e Recebidas dentro da área da Operadora (Custo Zero) | minutos | 3000 |  |  |
| 11 | AD2 – Adicional de Chamadas Originadas e Recebidas fora da área da Operadora | minutos | 3000 |  |  |
| 12 | VC2 M/F(móvel /fixo). | minutos | 30000 |  |  |
| 13 | VC2 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minutos | 40000 |  |  |
| 14 | VC2 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minutos | 15000 |  |  |
| 15 | VC3 M/F(móvel /fixo). | minutos | 20000 |  |  |
| 16 | VC3 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minutos | 10000 |  |  |
| 17 | VC3 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minutos | 10000 |  |  |
| **Valor Total Global Lote 1 (R$)** | | | | |  | |
| **Lote** | **Item** | **Descrição/Especificação** | **Unidade** | **Qtde Anual** | **Valor Unitário** | **Valor Total Anual** |
| **2** | 18 | Prestação dos serviços de acesso a Internet Móvel de Banda Larga, sem necessidade de rede fixa, para computador portátil (notebook), franquia mínima de 3GB por equipamento na velocidade mínima compatível com a tecnologia 3G, após o consumo da franquia velocidade será reduzida para no mínimo 128Kbps, fornecimento de modens USB (sendo um modem para cada serviço contratado) habilitados para o uso, em “REGIME DE COMODATO | assinaturas | 600  (50 assinaturas x 12 meses) |  |  |
| **Valor Total Global Lote 2 (R$)** | | | | |  | |

1. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:  00001/200372

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:  0100000000

PI:

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**
   1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.
2. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**
   1. O preço consignado no contrato será reajustado anualmente, mediante aplicação do índice de reajuste autorizado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para o serviço objeto desta contratação.
   2. A ocorrência de reajuste no preço do serviço, nos termos em que autorizado pela ANATEL, deverá ser formalmente comunicada ao órgão contratante mediante documento oficial emitido pela empresa contratada.
3. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**
   1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R$ ............... (.......................), na modalidade de .............................., correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.
4. **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**
   1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
5. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
   1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
7. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
      1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
      2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
      3. Indenizações e multas.
8. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**
   1. É vedado à CONTRATADA:
      1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
      2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
9. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
   3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**
    1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**
    1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**
    1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de .................. - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Porto Alegre, xx de xxxxxxxxxxxxxx de 2015.

**SANDRO LUCIANO CARON DE MORAES**

Superintendente Regional

SR/DPF/RS

## XXXXXXXXX XXXXXXXX

XXXXXXXXX XXXXXXXX LTDA.

TESTEMUNHAS:

Nome: XXXXX XXXXX Nome: XXXXX XXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX CPF: XXX.XXX.XXX-XX

**ANEXO III**

**PLANILHA DE FORMAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS**

**LOTE 1**

| **Lote** | **Item** | **Descrição/Especificação** | **Unidade** | **Qtde Anual** | **Valor Unitário** | **Valor Total Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1** | 1 | Assinatura básica, com o fornecimento de SIM CARDS (chips GSM), sendo um SIM CARD para cada assinatura contratada, habilitados nas localidades conforme (item 5.4 TR). | assinatura | 600  (50 assinaturas x 12 meses) |  |  |
| 2 | Tarifa zero entre os celulares do mesmo grupo, onde as ligações “intragrupo” deverão ter custo zero. | assinatura | 600 |  |  |
| 3 | Pacote de dados com franquia mínima de 300MB por assinatura na velocidade mínima compatível com a tecnologia 3G, após o consumo da franquia velocidade será reduzida para no mínimo 50Kbps. | assinatura | 600 |  |  |
| 4 | VC1 M/F(móvel /fixo). | minuto | 70000 |  |  |
| 5 | VC1 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minuto | 50000 |  |  |
| 6 | VC1 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minuto | 20000 |  |  |
| 7 | SMS (Short Message Service) | mensagem | 1000 |  |  |
| 8 | DSL1 – Deslocamento por Ligação recebida fora da área de mobilidade da Operadora, porém dentro de sua área de numeração primária. | minuto | 1500 |  |  |
| 9 | DSL2 – Deslocamento por Ligação recebida fora da área da Operadora e fora de sua área de numeração primária. | minuto | 2000 |  |  |
| 10 | AD1 – Adicional de Chamadas Originadas e Recebidas dentro da área da Operadora (Custo Zero) | minuto | 3000 |  |  |
| 11 | AD2 – Adicional de Chamadas Originadas e Recebidas fora da área da Operadora | minuto | 3000 |  |  |
| 12 | VC2 M/F(móvel /fixo). | minuto | 30000 |  |  |
| 13 | VC2 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minuto | 40000 |  |  |
| 14 | VC2 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minuto | 15000 |  |  |
| 15 | VC3 M/F(móvel /fixo). | minuto | 20000 |  |  |
| 16 | VC3 M/M(móvel /móvel) mesma operadora. | minuto | 10000 |  |  |
| 17 | VC3 M/M(móvel /móvel) outras operadoras. | minuto | 10000 |  |  |
| **Valor Total Global Lote 1 (R$)** | | | | |  | |

**LOTE 2**

| **Lote** | **Item** | **Descrição/Especificação** | **Unidade** | **Qtde Anual** | **Valor Unitário** | **Valor Total Anual** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2** | 18 | Prestação dos serviços de acesso a Internet Móvel de Banda Larga, sem necessidade de rede fixa, para computador portátil (notebook), franquia mínima de 3GB por equipamento na velocidade mínima compatível com a tecnologia 3G, após o consumo da franquia velocidade será reduzida para no mínimo 128Kbps, fornecimento de modens USB (sendo um modem para cada serviço contratado) habilitados para o uso, em “REGIME DE COMODATO | assinatura | 600  (50 assinaturas x 12 meses) |  |  |
| **Valor Total Global Lote 2 (R$)** | | | | |  | |